



OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



RELATÓRIO de ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024
a 10 de abril de 2025 2024/2



OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO de **ATIVIDADES**

2024/2

De 11 de outubro de 2024 a 10
de abril de 2025

Porto alegre, junho de 2025

COMPOSIÇÃO DA OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Equipe da Ouvidoria-Geral da DPE-RS

Ouvidor-Geral da DPE-RS
RODRIGO DE MEDEIROS SILVA

Servidores/as
Daniel Paulo Caye
Ercília Corrêa Freire Pinto

Estagiários/as
Dora Rodegheri Castro
Fábio de Oliveira da Silva
Graciela de Andrade Gonçalves
Karine Santos de Lima
Lucas Camboim de Moraes (até fevereiro de 2025)

Na forma do art. 3, IV, da Resolução CSDPE nº 02/2021, apresentamos o relatório de atividades desempenhadas no primeiro semestre do mandato do Ouvidor Rodrigo de Medeiros Silva, no biênio 2023-2025.

Por meio deste documento, os/as integrantes da instituição e os/as usuários/as do serviço público poderão acompanhar o trabalho realizado pela equipe da Ouvidoria-Geral, especialmente os dados sobre atendimento à população e a relação construída com a sociedade civil.

Desejamos a todos/as/es uma boa leitura e nos colocamos, como sempre, à disposição para o diálogo.

Equipe da Ouvidoria-Geral.

Sumário

Sobre a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.....	6
Ouvidoria como instrumento de Interlocução	8
Resumo das atividades.....	12
Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada.....	16
Relações Institucionais.....	28
Aprimoramento Institucional.....	38
Cronograma de Atividades	41

SOBRE A OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL

A Ouvidoria-Geral é um órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), atuando no processo de interlocução entre o/a cidadão/ã e a instituição, garantindo que a manifestação dos/as usuários/as provoque a contínua melhoria dos padrões e mecanismos de eficiência dos serviços e das atividades desenvolvidas pela DPE/RS.

As atribuições da Ouvidoria-Geral encontram regramento na Lei Complementar Federal nº 80/94, na Lei Complementar Estadual nº 14.130/2012, na Lei Estadual nº 13.536/2010 e na Resolução nº 2/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. A partir dessas diretrizes, nossa atuação está assentada em três pilares:

- 1** Auxiliar na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública;
- 2** Auxiliar a Defensoria em suas relações interinstitucionais; e
- 3** Auxiliar a Defensoria no contato e articulação com a sociedade e seu público-alvo.

Uma ouvidoria externa propicia mecanismos de controle e participação social, abrindo canais de diálogo direto com a população assistida. Assim, nossa missão primeira é contribuir para que a Defensoria Pública cumpra sua atribuição constitucional de prestação de assistência jurídica e promoção dos direitos humanos, garantindo que haja uma adequada prestação de serviço público, o que inclui o diálogo com a sociedade civil.

PALAVRA DO OUVIDOR



Ouvidoria como instrumento de Interlocação

Por Rodrigo de Medeiros Silva

O período de 10 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025 foi marcado pela finalização de ações articuladas anteriormente, pelo fortalecimento do projeto “Educação Escolar Indígena como Direito”, pela visita do Relator da REDESCA/CIDH e pela reeleição para a Ouvidoria. Mantivemos nosso compromisso de construir pontes e diálogos com setores vulnerabilizados, garantindo acesso à justiça e abordando temas transversais, como as emergências climáticas e seus impactos.

Atuamos em diversas frentes: defesa das prerrogativas de defensoras e defensores públicos, participação em debates no Conselho Nacional e Estadual de Direitos Humanos e em mutirões. Seguimos focados na interlocação entre sociedade e Defensoria Pública (art. 105-CE, V e VI, da LC nº 80/1994), fortalecendo o Fórum Socioambientalista e o Fórum Permanente para a Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas, em parceria com a Ouvidoria do TJ/RS.

A pauta indígena permaneceu prioritária, com



destaque para os direitos da população indígena no sistema prisional e para o projeto “Educação Indígena como Direito”, em parceria com o NUDIER/DPE-RS. Intensificamos visitas a escolas para diagnóstico e melhoria do ensino e da estrutura.

Nas questões climáticas, a Defensoria se consolidou como espaço de acolhimento e debate, abrindo portas para o pré-lançamento do documentário “A Dide: Ajuda Humanitária aos Terreiros”, sobre os impactos das emergências climáticas em religiões de matriz africana. Promovemos discussões em eventos como o seminário “Crise Climática Sócio-Ecológica e Racismo Ambiental” e o “II Prêmio Fórum Justiça de Direitos Humanos”, além de reuniões com catadores de resíduos sólidos.

No sistema criminal, participamos da organização do “II Seminário Estadual Reinserção e Oportunidades” e do “I Seminário Estadual sobre Política Antimanicomial”, além de diálogos com a Frente dos Coletivos Carcerários. Acompanhamos também demandas da população em situação de rua.

Ampliamos o diálogo com casas parlamentares, discutindo o fortalecimento estrutural da Defensoria e temas como

a ADI sobre gestão democrática nas escolas de Porto Alegre. Construímos coletivamente a Recomendação Conjunta do CEDH-RS, CEDM-RS, CES/RG, NUDS/DPE-RS, NUDEM/DPE-RS e CEPAM/UFRGS, além de ações com o NUDEM/DPE-RS no Morro da Cruz, em alusão ao 8 de março.

Destacamos ainda a parceria com o NUDIVERSI/DPE-RS no Dia da Visibilidade Trans (29/01), com homenagem à militante Marcellly Malta, e o debate sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes, em parceria com o SAJU/UFRGS.

Entre 25 e 27 de março de 2025, participamos da reunião do CNODP, que debateu alterações estatutárias e a construção do Plano de Ação do Conselho.

A reeleição reforça nosso compromisso com movimentos sociais, organizações de direitos humanos e o fortalecimento da Defensoria. Agradeço a confiança da sociedade e da gestão, reafirmando a importância do diálogo para a Instituição e para a democracia brasileira.

Resumo das atividades



Resumo das atividades

3.467

Total de atendimentos

433

Abertura de expedientes administrativos

181

Agendas

A Ouvidoria-Geral atua seguindo as diretrizes previstas em suas normas regulamentadoras, especialmente auxiliando na promoção e valorização dos serviços prestados pela Defensoria Pública, bem como no contato e na articulação com a sociedade e seu público-alvo. Para tanto, realiza diariamente atendimentos individuais (por meio de seus canais de atendimento: telefone, e-mail e presencialmente), recebendo e processando reclamações, sugestões, críticas, elogios ou quaisquer manifestações relativas ao atendimento da Defensoria Pública.

Os atendimentos individuais aos/às usuários/as da Defensoria Pública somaram, no último período (10 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025), 3.069 atendimentos, conforme identificado na tabela

de atividades.

Desses atendimentos, 403 foram direcionados aos/às Defensores/as Públicos/as e servidores/as da Defensoria Pública Estadual, responsáveis pelo atendimento das pessoas assistidas que registraram manifestações de reclamação, solicitação de informação, solicitação de atendimento, sugestão de melhorias, denúncia de irregularidades e elogios.

ATIVIDADES	
MANIFESTAÇÕES	ATENDIMENTOS
E-mail	1.545
Telefone	1.687
Presencial	235
TOTAL	3.467

ATIVIDADES	
MANIFESTAÇÕES	ATENDIMENTOS
Pedidos de informações	2.396
Reclamações	784
Sugestões	3
Elogios	15
Denúncias	28
Solicitações	129
Outros	41
Solicitação de Antecipação de Atendimento	71
Novos Protocolos*	433

*Abertura de expedientes administrativo | Fonte: Ouvidoria-Geral da DPE-RS

Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada



Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada

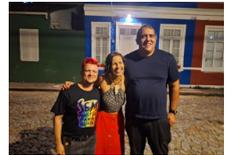
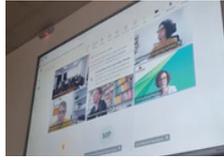
Entre outubro de 2024 e abril de 2025, a Ouvidoria-Geral consolidou e aprofundou sua atuação em diálogo com a sociedade civil organizada, reafirmando seu papel como elo entre a Defensoria e os setores historicamente vulnerabilizados. Com atenção especial às agendas de direitos humanos, justiça socioambiental e diversidade, as ações empreendidas nesse período refletem o compromisso contínuo de escuta, articulação e incidência pública.

Por meio da construção conjunta com movimentos sociais, coletivos e instituições parceiras, a Ouvidoria contribuiu para pautar e fortalecer políticas públicas em diversas frentes. A participação ativa em fóruns, seminários, articulações institucionais e visitas de campo demonstram que o relacionamento com a sociedade civil não é apenas parte da missão institucional, mas uma estratégia central para a efetivação de direitos.

II Prêmio Fórum Justiça de Direitos Humanos

A segunda edição do Prêmio Fórum Justiça de Direitos Humanos no RS foi realizada com o apoio da Ouvidoria-Geral da DPE-RS, valorizando práticas e trajetórias de luta por direitos humanos. O prêmio consolidou-se como espaço de visibilidade para experiências relevantes da sociedade civil, promovendo o reconhecimento de iniciativas comprometidas com a justiça social e a democracia participativa.

O prêmio reconheceu 11 projetos e experiências exitosas em Direitos Humanos, envolvendo organizações da sociedade civil e instituições que defendem os direitos humanos. A DPE-RS foi reconhecida pelos projetos “NUDECA vai à escola” e “SuperElas”.



Direitos e saúde das Mulheres

A Ouvidoria está presente na luta pela garantia dos direitos das mulheres e teve um papel fundamental na finalização e entrega da Recomendação Conjunta sobre os locais de realização de aborto legal no Estado. O documento foi elaborado em parceria com o CEDH-RS, CEDM-RS, CES/RS, NUDS e NUDEM da DPE-RS, além do CEPAM/UFRGS.

Além disso, a Ouvidoria participou de ações no Dia das Mulheres, realizadas no Morro da Cruz e na Estação da Trensurb, em parceria com a organização THEMIS, e de ações de combate ao feminicídio e a violência política de gênero.

“Não basta que o direito esteja garantido em lei - é preciso que ele seja viabilizado na prática”

Por Paula Granetto, Defensora Pública, Dirigente do Núcleo de Defesa da Mulher (NUDAM) da DPE-RS.

O aborto legal é um direito assegurado às mulheres em determinadas circunstâncias pela legislação brasileira, como nos casos de gravidez resultante de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia fetal. Contudo, para que esse direito seja plenamente eficaz, é fundamental que existam serviços adequados e acessíveis em todo o território nacional.

Não basta que o direito esteja garantido em lei - é preciso que

ele seja viabilizado na prática. Isso implica a existência de serviços de saúde equipados e capacitados para realizar o procedimento de forma segura, ética e humanizada. Infelizmente, a concentração desses serviços nas capitais ou grandes centros urbanos cria barreiras concretas para milhares de mulheres que vivem em regiões afastadas, especialmente em áreas rurais ou periféricas.

A regionalização do serviço de aborto legal é uma medida urgente e necessária, pois permite que mais mulheres tenham acesso ao atendimento sem precisar enfrentar longas distâncias, altos custos financeiros, exposição ao preconceito ou risco à própria saúde. Além disso, a ampliação da estrutura fortalece a rede de proteção à mulher, garante o cumprimento da legislação e combate as desigualdades no acesso à saúde pública.



Direitos LGBTQIAPN+

A Ouvidoria apoiou a agenda LGBTQIAPN+ por meio de diversas iniciativas, incluindo parceria com o NUDIVERSI/DPE-RS para a realização do evento em comemoração ao Dia da Visibilidade Trans. A atividade homenageou a militante histórica Marcelly Malta e promoveu debates sobre acesso a direitos das pessoas trans. Além disso, a Ouvidoria esteve presente na Parada Livre de Porto Alegre, reforçando o compromisso institucional com a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+.

Racismo Religioso

O combate ao racismo religioso foi pauta de diversas ações, com destaque para o apoio ao documentário “A Dide: Ajuda Humanitária aos Terreiros”, pré-lançado na sede da Defensoria. A iniciativa fortaleceu o diálogo com lideranças de religiões de matriz africana, denunciando os impactos das emergências climáticas em seus territórios sagrados. Além disso, a ouvidoria atuou diretamente em casos de racismo religioso em Feliz-RS.

A agenda incluiu ainda reuniões estratégicas com o MEC sobre educação Étnico-racial, encontros com o povo de terreiro de Gravataí, e a realização de curso de letramento étnico-racial para servidores da DPE-RS. Essas ações reforçam o compromisso com a defesa dos direitos das comunidades tradicionais e o enfrentamento estrutural à intolerância religiosa.

Apoio à Luta pelo Direito à Moradia

A Ouvidoria esteve presente em ocupações urbanas e ações de apoio ao direito à moradia digna. Atuou em diálogo com movimentos sociais e comunidades, reivindicando soluções habitacionais junto aos órgãos públicos e fomentando o debate sobre políticas urbanas inclusivas e participativas.



Projeto “Educação Escolar Indígena como Direito”

Desenvolvido em parceria com o NUDIER, o projeto visa assegurar políticas educacionais que respeitem os saberes tradicionais e as especificidades culturais dos povos indígenas. Por meio de visitas técnicas a escolas em comunidades como Tekoá Pindó Poty (Viamão), Tekoá Jatai’ty (São Leopoldo) e Tekoá Pindó Mirim (Itapuã), a iniciativa busca diagnosticar desafios estruturais e pedagógicos, identificando desde a precariedade das instalações até a falta de materiais didáticos contextualizados e professores qualificados. As ações incluíram ainda diálogos com educadores indígenas para construção coletiva de soluções.

Os resultados parciais foram apresentados à Comissão de Educação da ALRS em março de 2024, denunciando as condições críticas de cinco escolas. O documento destacou problemas como insuficiência de verbas para merenda, infraestrutura inadequada e a alarmante taxa de abandono escolar no Ensino Médio indígena. As visitas abrangeram territórios Kaingang, Mbyá-Guarani, Xokleng e Charrua, reforçando a necessidade de um modelo educacional bilíngue e intercultural.

As ações continuam em 2025 com novas inspeções e articulações interinstitucionais, consolidando o compromisso da DPE-RS com a efetivação do direito à educação diferenciada, conforme previsto na Constituição Federal.

Sistema Prisional e questões indígenas

A situação da população indígena no sistema prisional foi acompanhada de perto pela Ouvidoria, que fortaleceu articulações com defensores, movimentos e instituições parceiras. A atuação busca evidenciar as especificidades culturais e a vulnerabilidade dos povos originários diante da política criminal, exigindo medidas diferenciadas e respeitadas aos seus direitos.



“É essencial garantir o direito à visita humanizada das pessoas indígenas em situação de encarceramento”

Por Mariana Py Muniz, Defensora Pública, Dirigente do Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

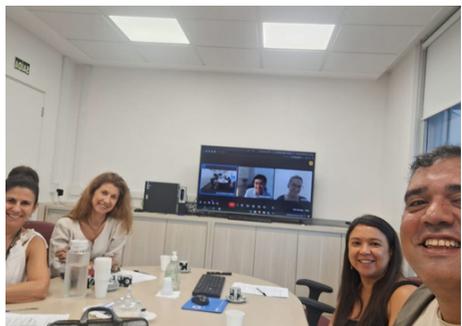
Através da Ouvidoria, o Núcleo de Defesa da Igualdade Étnico-Racial (NUDIER) e o Núcleo de Defesa em Execução Penal (NUDEP) da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS) apresentaram Orientação sobre a Visitação de Pessoas Indígenas Encarceradas, conforme Resolução 278/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Nota Técnica nº. 53/2019/DEPEN/MS.

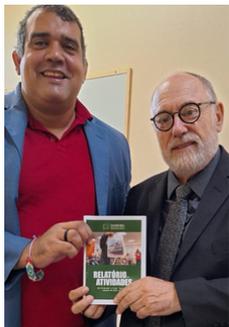
A importância dessa parceria está no fato de que a Defensoria Pública tem um papel fundamental na defesa dos direitos de grupos vulneráveis, conforme previsto no

art. 134 da Constituição Federal e no art. 3º-A da Lei Complementar nº 80/94. Sua missão institucional é oferecer orientação jurídica, promover os direitos humanos e defender, de forma integral e gratuita, os direitos individuais e coletivos dos necessitados, incluindo as pessoas indígenas em situação de encarceramento.

As populações indígenas têm proteção especial garantida na Constituição Federal, especialmente no artigo 231, em relação às suas formas de organização social, costumes e tradições. Ainda, a Convenção 169 da OIT, internalizada pelo Decreto nº. 10.088/2019, também estabelece que é obrigação dos governos a proteção dos direitos e costumes indígenas, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Portanto, é essencial garantir o direito à visita humanizada das pessoas indígenas em situação de encarceramento, levando em consideração, inclusive, que o RS é um dos estados que mais encarcera pessoas indígenas no país. Assim, a promoção e a defesa incondicional dos seus direitos, com a formação de fluxo junto a SUSEPE, inclusive, demonstra a importância dessa ação encabeçada pela Ouvidoria.





Relações Institucionais



I Relações Institucionais

A atuação da Ouvidoria-Geral manteve, nos últimos seis meses, o compromisso com a construção de pontes e o fortalecimento de articulações com instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e espaços colegiados de direitos humanos. A Ouvidoria reafirmou seu papel como elo entre a sociedade civil e a DPE-RS, promovendo a escuta ativa e qualificando o diálogo institucional a partir das demandas populares, com foco em justiça social, diversidade e defesa dos direitos humanos.

Este período foi marcado pela continuidade de agendas estratégicas já iniciadas, bem como pela ampliação da atuação em pautas prioritárias, como as emergências climáticas, a educação escolar indígena, os direitos das pessoas privadas de liberdade e a violência institucional. A recondução para a Ouvidoria-Geral reforçou a legitimidade da atuação e permitiu avançar em parcerias e articulações que fortaleceram o papel da Defensoria Pública como instituição de Estado comprometida com o acesso à justiça.

Defesa das Defensoras e Defensores Públicos

A Ouvidoria participou da 83ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), de forma híbrida, em outubro de 2024, onde se debateu a crescente violência institucional contra defensoras e defensores públicos no exercício de suas funções. A Ouvidoria reafirmou seu compromisso com a proteção das prerrogativas profissionais e com o enfrentamento da criminalização de agentes públicos comprometidos com os direitos humanos, promovendo o diálogo com o CNDH e outras instituições de controle social.



Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da ALRS

A Ouvidoria têm fortalecido sua colaboração com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da ALRS (CCDH/ALRS), com destaque para a contribuição na edição especial dos 30 anos do Relatório Azul, por meio do artigo “Conflitos não superados: indígenas e Ditadura, violações que ainda chegam à CCDH”. O lançamento ocorreu em cerimônia no Salão Júlio de Castilhos, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, reforçando o compromisso com memória, verdade e justiça, especialmente em relação aos povos indígenas e aos impactos da ditadura empresarial-militar. Essa parceria segue ativa com o novo presidente da CCDH/ALRS, deputado Adão Pretto Filho, ampliando o diálogo sobre direitos humanos no estado.

A atuação conjunta incluiu participação em atividades, como a 9ª Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Down, a Audiência Pública sobre Violência Política de Gênero e o Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Águas, todos realizados na ALRS. Além disso, a Ouvidoria apresentou o projeto “Educação Escolar Indígena como Direito” na Comissão de Educação e participou da posse da procuradora especial da Mulher, Bruna Rodrigues, demonstrando a transversalidade da pauta de direitos humanos na agenda legislativa.

Ouvidoria da Mulher, das pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas em situação de vulnerabilidade do TJ-RS

A Ouvidoria manteve diálogo permanente com a Ouvidoria da Mulher, Pessoas LGBTQIAPN+ e Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do TJ-RS. Participou de reuniões do IACOREQ e de articulações conjuntas voltadas à proteção de mulheres em situação de violência, promovendo a transversalização de raça, gênero e classe nas pautas comuns às instituições do sistema de justiça. A atuação conjunta ampliou os canais de escuta e acolhimento de denúncias, reforçando o papel da Ouvidoria-Geral da DPE-RS na garantia dos direitos das mulheres.



Indígenas: Fórum que recompôs o CEPI

A pauta indígena foi uma das agendas da atuação institucional. A Ouvidoria marcou presença no X Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul, que recompôs a direção do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI-RS). A atuação conjunta com o NUDIER no projeto “Educação Escolar Indígena como Direito” foi intensificada com visitas a escolas indígenas e escutas com lideranças, contribuindo para diagnósticos e ações voltadas à melhoria da infraestrutura e do acesso à educação diferenciada para os povos originários.

Crise Climática e Justiça Socioambiental

A Ouvidoria mantém como prioridade o tema da crise climática e justiça ambiental, articulando encontros do Fórum Socioambiental com núcleos especializados da DPE-RS para discutir demandas como a situação dos catadores de recicláveis em Porto Alegre, o aterro sanitário de Viamão e outras questões. Promoveu ainda debates em eventos como o seminário “Crise Climática Sócio-Ecológica e Racismo Ambiental”.

Em parceria com a FESDEP, o Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS e organizações da sociedade civil, a Ouvidoria está produzindo o curso “Crise Climática: perspectivas socioambientais e jurídicas”, que aborda os impactos das emergências climáticas em territórios e populações vulneráveis. Com gravações em andamento, o curso será lançado no segundo semestre de 2025 para o público interno e externo da Defensoria, contando com a colaboração de diversos órgãos e lideranças nacionais.

Outras Parcerias Institucionais

A Ouvidoria também se fez presente em articulações com a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS), o Fórum Justiça e outras redes de controle e participação social. Essas parcerias permitiram construir ações conjuntas, como audiências públicas, eventos e seminários, qualificando o debate público e ampliando a interlocução com a sociedade civil organizada.



Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas

O CNODP realizou no período diversas reuniões visando fortalecer a participação social e o controle democrático no sistema de Justiça, com foco no aprimoramento das Ouvidorias-Gerais e na proteção de defensores de direitos humanos. Destaque para os encontros com a Transparência Brasil e com o CNDH, este último que tratou da segurança no exercício profissional das Defensoras e Defensores Públicos.

O encontro de Recife, em março deste ano, aprovou a reforma estatutária e o Plano de Ação 2025-2026, consolidando o compromisso do CNODP com a modernização das ouvidorias, o diálogo social e o fortalecimento da Defensoria Pública na proteção de populações vulneráveis.

Visita do Relator da CIDH

A Ouvidoria-Geral desempenhou papel ativo na visita oficial do Relator Especial Javier Palummo, da REDESCA/CIDH, atuando desde os preparativos iniciais em conjunto com a sociedade civil e instituições parceiras. Durante a missão, acompanhou diretamente a comitiva em visitas a comunidades severamente impactadas pelas enchentes de 2024, incluindo deslocamentos ao Vale do Taquari, territórios quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária.

A missão documentou os impactos das mudanças climáticas nos direitos das populações vulneráveis. As conclusões estão detalhadas no relatório final da CIDH, que denunciou violações sistemáticas decorrentes dos desastres ambientais.

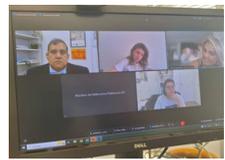
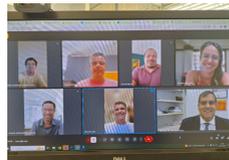
Acesse o relatório pelo QR Code





Audiência Pública - Debater a Emergência Climática - 12/11/2024





Aprimoramento Institucional



| Aprimoramento Institucional

A manutenção de espaços coletivos de escuta contribuem para o aprimoramento institucional. Este é o caso Fórum Socioambientalista, para contribuir com o NUDAM da DPE-RS e do Fórum Permanente para a Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas.

Ressalta-se a construção realizada com o Fórum do Aborto Legal, Fórum Justiça, CEDH-RS, CEDM-RS, CES/RS, NUDS da DPE-RS, NUDEM da DPE-RS e CEPAM/UFRGS, para a Recomendação Conjunta que ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul e à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que tomem as medidas necessárias, para a implantação de, no mínimo, um serviço de aborto legal por Macrorregião de Saúde do Estado.

Destaca-se também neste período o trâmite de suas propostas da Ouvidoria, discutidas, amplamente com a sociedade, a de criação do Conselho Consultivo da Ouvidoria, que recebeu voto favorável do relator, o conselheiro Thales Vieira dos Santos, em novembro de 2024 e de aperfeiçoamento no modelo de eleição da Ouvidoria da Defensoria, que foi enviado para tramitar.



Cronograma de Atividades



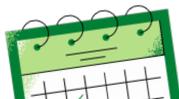


CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

Ao longo deste tópico apresentam-se todas as atividades que a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu/participou no decorrer deste período de seis meses.

OUTUBRO	
DATA	ATIVIDADE
11/10	Reunião com o Núcleo de Defesa em Execução Penal da DPE-RS com o Saju/UFRGS;
14/10	Posse das novas e novos servidores da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul;
17/10	Abertura do X Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul;
18/10	Reunião do Conselho Superior da Defensoria Pública;
18/10	Confraternização de aniversário do deputado Jeferson Fernandes;
19/10	Participação do Mutirão de Direitos no Festival de Cultura e Saúde no bairro Bom Jesus em Porto Alegre
21/10	Posse da Desembargadora Karla Aveline de Oliveira, no TJ-RS;
22/10	Diligência do NUDIER da DPE-RS na Escola Indígena Nhamadú Nhemopuã, na Tekoá Pindó Mirim, em Itapuã, Viamão-RS;
23/10	Diligência do NUDIER da DPE-RS à Terra Indígena Kaingang Por Fi Kême, em São Leopoldo;
24/10	Aula no curso de Direito da Unisinos sobre a Ouvidoria da DPE-RS e a Ação Civil Pública do MPF que pede reparação aos direitos indígenas violados durante a Ditadura empresarial-militar;
25/10	Posse das novas conselheiras e conselheiros do CSDPE;
25/10	Reunião do Núcleo de Defesa da Mulher da DPE-RS, com representantes do Fórum Aborto Legal, CEPAM e CEDH-RS;
26/10	Lançamento do livro “Mudanças Climáticas e o estado de calamidade pública no RS (2024): comunicações fraternais”;
28/10	Painel 100 anos da Coluna Prestes, promovido pela ARI;



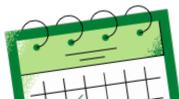
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

30/10	Defesa de Tese do PPG Direito/UFRGS da doutoranda Marina Nogueira de Almeida;
30/10	II Seminário Estadual Reinserção e Oportunidades: Políticas de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, na Uniritter;

NOVEMBRO

DATA	ATIVIDADE
01/11	Abertura do minicurso de Letramento Étnico Racial da DPE-RS;
01/11	Aniversário de Renata Dapper Santos, Defensora Assessora Institucional da DPE-RS;
05/11	Reunião do IACOREQ com a Ouvidoria da Mulher, LGBTQIAPN+ e das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade do TJ-RS;
05/11	Participação da reunião do CNDH no CRP-RS sobre Saúde Mental no contexto pós-enchentes no RS;
05/11	Reunião do Fórum Justiça-RS;
06/11	Audiência Pública sobre Violência Política de Gênero na CCDH/ALRS;
06/11	Diretoria da ADPERGS entrega convite para jantar alusivo aos 30 anos da DPE-RS;
06/11	Reunião com o Defensor Público Thales dos Santos, membro do Conselho Superior da DPE-RS;
07/11	Participação da Reunião conjunta do CNDH e CEDH-RS na sede da Múcio Teixeira da DPE-RS;
07/11	Confraternização de aniversário de Marina Dermmam, presidenta do CNDH e ex-ouvidora da DPE-RS;
08/11	2ª aula do minicurso de Letramento Étnico-Racial da DPE-RS;
12/11	Audiência Pública da CDH da ALCE sobre Emergência Climática;
12/11	Reunião com Roberta Moura e Marcelo Neri, da Assessoria da deputada Bruna Rodrigues;
13/11	Reunião preparatória da visita do Relator Especial sobre Direitos Econômicos, Culturais, Sociais e Ambientais da CIDH, Javier Palummo Lantes;
13/11	Reunião preparatória do Relatório de Atividades da Ouvidoria;



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

14/11	Acompanhando o Defensor Público-Assessor do Gabinete do DPG, Rodolfo Malhão, com o G5 do SAJU/UFRGS;
18/11	Inauguração da Ouvidoria da Mulher e das Ações Afirmativas do TRT4;
20/11	Reunião com o Centro de Culturas Jurídicas Comparadas - CCULTIS da Unisinos;
21/11	Participação do Seminário sobre Mudanças Climáticas do MP-RS;
21/11	Participação da Marcha Zumbi dos Palmares, da Semana da Consciência Negra;
22/11	Cerimônia de comemoração dos 10 anos do CEDH-RS;
22/11	Seminário Crise Climática Sócio-ecológica e Racismo ambiental; atividade promovida pela Ouvidoria-Geral da DPE, CRDH/DPE-RS, Fesdep, DPE-RS, Universidade Federal de Viçosa, Toronto Metropolitan University e University of Alberta;
25/11	Reunião preparatória das Audiências Públicas da Relatório Especial dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) da CIDH no RS;
26/11	Seminário Estadual sobre a Política Antimanicomial para as pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei no RS;
27/11	Reunião da organização do Prêmio Fórum Justiça de Direitos Humanos;
28/11	Gravação de aula para o Curso EaD de Crise Climática é, uma parceria entre Ouvidoria-Gera, CRDH e Fesdep da DPE-RS com o PPGD da UFRGS;
28/11	Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Águas, na ALRS;
29/11	Curso Letramento Étnico-Racial da DPE-RS;
29/11	Seminário Crise Climática, Sócio-Ecológica e Racismo Ambiental;
30/11	Comemoração da Consciência Negra, no quilombo Morro Alto;

DEZEMBRO

DATA	ATIVIDADE
01/12	Batizado na capoeira;
02/12	Palestra para o PPGD da UFC sobre as violações de direitos dos povos indígenas durante a ditadura empresarial-militar;
03/12	Pré-lançamento do documentário “A Díbe: ajuda humanitária aos Terreiros”;
04/12	Reunião do Relator da REDESCA/CIDH com a Defensoria Pública do RS, início da missão no estado;



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

04/12	Reunião do Relator da REDESCA/CIDH com a sociedade civil na Assembleia Legislativa do RS;
04/12	Realização do 2º Prêmio Fórum Justiça de Direitos Humanos;
05/12	Reunião ordinária do Conselho Superior da DPE-RS;
06/12	Reunião do Relator da REDESCA/CIDH na Tekoá Pekurity;
06/12	Reunião do Relator da REDESCA/CIDH na Cooperativa do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra (MST), COOTAP;
06/12	Comemoração dos 30 anos da Defensoria Pública do RS;
08/12	Participação na Parada Livre de Porto Alegre;
10/12	Lançamento do Relatório Azul - Edição Especial de 30 anos, da CCDH/ALRS;
10/12	Instauração da Comissão da Memória e da Verdade da UFRGS;
10/12	Reunião do Pleno do CEDH-RS;
11/12	Entrega do Relatório de Atividades da DPE-RS (ano 2023/2024);
11/12	Reunião sobre racismo religioso e ambiental no município de Feliz-RS;
11/12	Homenagem da Câmara Municipal de Fortaleza ao Ouvidor-Geral da DPE-RS, Rodrigo de Medeiros;
12/12	Reunião com o Coordenador-Geral de Educação Étnico-Racial e de Educação Quilombola do MEC;
12/12	Homenagem da Câmara Municipal de Porto Alegre a Baba Diba de Yemanjá;
13/12	Entrega do Relatório Anual da DPE-RS à presidente da CCDH da ALRS;
16/12	Lançamento da 4ª edição do Observatório da Educação Pública da ALRS;
17/12	Lançamento do edital para habilitação ao cargo de Ouvidor(a)-Geral da DPE-RS;
17/12	Entrega da Medalha do Mérito Farroupilha a João Pedro Stédile, na ALRS;
17/12	Visita à Tekoá Jatai'ty, com pesquisadores(as) do CCULTIS do PPGD da Unisinos;
18/12	Reunião com o Povo de Terreiro de Gravataí sobre a Conferência Municipal;
18/12	Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNODP);
18/12	Publicação de artigo na Revista da DPE-SP;
19/12	Reunião do Conselho Estadual de Saúde (CES-RS);
20/12	Confraternização de final de ano da equipe da Ouvidoria-Geral;

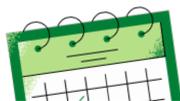


CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

JANEIRO

DATA	ATIVIDADE
10/01	Reunião preparatória para atividade do Dia da Visibilidade Trans, com NUDIVERSI e FESDEP;
10/01	Reunião com a Frente dos Coletivos Carcerários do RS;
10/01	Reunião com o Movimento de Pescadoras e Pescadores (MPP);
13/01	Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNOPD) e da Transparência Brasil
14/01	Recebimento do Relatório Final da Subcomissão de Habitação e Regularização Fundiária da ALRS, pela Eriane Pacheco, chefe de gabinete da deputada Bruna Rodrigues;
14/01	Inauguração do retrato do procurador Carlos Henrique Kaipper no novo espaço da Apergs;
15/01	Visita à sede do MJDH em Porto Alegre
16/01	Reunião da Renap-RS
17/01	Reunião do Conselho Superior da DPE-RS;
21/01	Visita a escolas indígenas em Erebangó e Sertão;
22/01	Reunião com o MPF sobre a instalação do aterro sanitário em Viamão;
23/01	Reunião sobre educação quilombola;
23/01	Reunião com representantes da Frente dos Coletivos Carcerários do RS;
23/01	Recebimento do convite para a cerimônia de premiação do 11º Prêmio ADPERGS de Jornalismo;
27/01	Reunião preparatória do II Seminário – Participação Social como Instrumento de Efetivação da Democracia nas Instituições do Sistema de Justiça;
28/01	Aplicação de pesquisa da Unisinos na Tekoa Jataí'ty, em Viamão;
29/01	Despedida da estagiária de pós-graduação Marta Veríssimo Luz;
29/11	Seminário do Dia Nacional da Visibilidade Trans e homenagem a Marcelly Malta;
29/11	Entrega do Prêmio Adpergs de Jornalismo;
30/01	Visita à Associação de Mulheres Maria da Glória, em Porto Alegre;
30/01	Visita à Horta Comunitária do Morro da Cruz, em Porto Alegre;



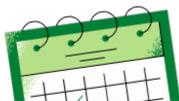
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

30/01	Reunião com Pepe Vargas, presidente da ALRS para o ano de 2025;
30/01	Reunião com Sofia Cavedon sobre temas ligados à educação;
30/01	Confraternização de aniversário do ouvidor Rodrigo de Medeiros;
30/01	Confraternização de aniversário da subdefensora pública-geral para Assuntos Institucionais, Silvia Pinheiro de Brum;
31/01	Reunião com pesquisadores e grupo local de apoio à Anistia Internacional;
31/01	Reunião com o Instituto Brasileiro de Direitos Humanos e a RENAP;
31/01	Posse da nova diretoria da FESDEP;

FEVEREIRO

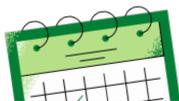
DATA	ATIVIDADE
01/02	Confraternização de aniversário de Rodrigo de Medeiros;
03/02	Reunião da Frente pela Garantia de Vagas nas Creches;
03/02	Posse do novo presidente da ALRS, Pepe Vargas;
04/02	Reunião sobre a Carta de Acesso à Justiça na Perspectiva de Gênero e Raça;
05/02	Posse de novos(as) servidores(as) da DPE-RS;
06/02	Reunião das Mulheres Kaingang, DSEI, SES-RS e GT Guarita pela Vida;
06/02	Reunião com representantes de catadores e unidades de triagem;
06/02	Reunião do CEDH-RS com Adão Preto, novo presidente do CCDH/ALRS;
06/02	Reunião do Fórum Socioambiental e NUDAM;
10/02	Reunião de organização da Marcha Popular Coletiva contra o Fascismo;
10/02	Acompanhamento da votação do PL que criminaliza o movimento social de luta por moradia em Porto Alegre;
10/02	Entrega do relatório da Ouvidoria-Geral da DPE-RS para a vereadora Karen Santos;
11/02	Entrega do relatório da Ouvidoria-Geral da DPE-RS para a deputada Laura Sito;
11/02	Entrega do relatório de atividades da Ouvidoria-Geral da DPE-RS para o deputado Zé Nunes;



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

11/02	Entrega do relatório de atividades da Ouvidoria-Geral da DPE-RS para a deputada Bruna Rodrigues;
11/02	Reunião no MPF sobre educação indígena em Ibiriaras;
12/02	Entrega do relatório de atividades da Ouvidoria-Geral da DPE-RS para a vereadora Grazi Oliveira (POA);
12/02	Reunião com Júlio Alt e Paulo Carbonari, atual e ex-presidente do CEDH-RS;
13/02	Entrega do relatório de atividades da Ouvidoria-Geral da DPE-RS para o deputado Jeferson Fernandes;
13/02	Participação no debate com Valério Arcary e Manuela D'Ávila;
14/02	Reunião de organização de material sobre emergências climáticas para o Mapa de Conflitos – Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, da Fiocruz;
14/02	Reunião de organização de ações sobre Justiça Climática, Justiça Ambiental, Direitos Humanos e o Sistema de Justiça entre Brasil e Canadá;
14/02	Reunião de organização da segunda chamada de trabalhos – Acesso à Justiça nas Américas;
14/02	Confraternização de Júlio Alt, presidente do CEDH-RS;
17/02	Ouvidor se reúne com Pedro Ruas para tratar de violações no caso Pousada Garoa e ações de memória e justiça;
18/02	Posse dos/as novos/as promotores/as de Justiça do MP-RS;
19/02	Ouvidor debate questões socioambientais com o deputado Matheus Gomes;
19/02	Ouvidor discute o fortalecimento da Defensoria Pública e do projeto Defensoras Populares com a deputada Fernanda Melchionna;
20/02	Ouvidor e Instituto Caminho debatem estratégias para o acesso à justiça da população negra;
20/02	Ouvidor discute o combate à violência policial com o deputado Leonel Radde;
21/02	Participação no Conselho Superior da DPE-RS;
22/02	Participação no IV Seminário de Formação Comunitária em Direitos Humanos – Região Sul, do MST, em Viamão;
24/02	Apresentação do Observatório Trans para a Ouvidoria-Geral e Nudiversi da DPE-RS;
24/02	Reunião com o vereador Giovani Culau sobre PPP de resíduos sólidos e Pousada Garoa;



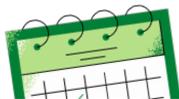
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

24/02	Organização do II Seminário de Participação Social no Sistema de Justiça;
25/02	Participação da organização do Seminário da região sul do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico;
25/02	Participação de atividade da vereadora Juliana Souza;
26/02	Participação na Instalação da CPI da Pousada Garoa em Porto Alegre;
26/02	Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas;
27/02	Participação de reunião com Simpa, Atempa e DPE-RS sobre gestão democrática nas escolas de Porto Alegre;
28/02	Reunião da Ouvidoria-Geral, NUDEM e NUDDH da DPE-RS com a Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça;

MARÇO

DATA	ATIVIDADE
03/03	Manifestação contra violência policial na Cidade Baixa, em Porto Alegre;
06/03	Reunião preparatória de evento em referência ao Dia dos Povos Indígenas;
07/03	Defesa da dissertação de mestrado de Marina Pombo, do CRP-RS;
08/03	Participação da Marcha das Mulheres em Porto Alegre;
09/03	Participação no Fórum Social das Periferias;
10/03	Participação na 9ª Estação Themis, na Trensurb, em referência ao Dia Internacional da Mulher;
10/03	Visita ao Presídio de Taquari, junto com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) – Regional Sul e o Fórum Justiça RS;
11/03	Marina Dermmam, advogada do MST, entrega convite para a 22ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico;
11/03	Reunião com o vereador Alexandre Bublitz sobre temas ligados à saúde pública;
12/03	Oficina com moradoras do Morro da Cruz, em referência ao Dia Internacional da Mulher;
12/03	Posse da Ouvidoria da Mulher da Justiça Federal;
13/03	Reunião do Pleno do CEDH-RS;



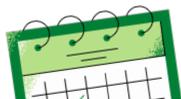
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

13/03	Reunião do Fórum Social das Periferias;
14/03	Participação na reunião do Pleno do CNDH, representando o CNODP;
18/03	Apresentação do projeto “Educação Escolar Indígena como Direito” na Comissão de Educação da ALRS;
18/03	Reunião com CEDH-RS, CIMI, RENAP e Saju sobre Memória, Verdade e Justiça para os Indígenas do RS;
18/03	Participação da posse de Bruna Rodrigues na Procuradoria Especial da Mulher da ALRS;
19/03	Entrega de recomendação conjunta sobre aborto legal à nova procuradora especial da Mulher da ALRS;
20/03	Participação da Festa da Colheita do Arroz do MST em Viamão;
21/03	Recondução de Rodrigo de Medeiros ao Cargo de Ouvidor-Geral da DPE-RS pelo CSDPE-RS;
24/03	Participação da aula Magna para os cursos de Saúde da Ulbra;
25/03	Reunião ordinária do CNODP, em Recife/Pernambuco;
26/03	Reunião ordinária do CNODP, em Recife/Pernambuco;
26/03	Participação da 9ª Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Down, na Assembleia Legislativa;
27/03	Reunião ordinária do CNODP, em Recife/Pernambuco;
31/03	Reunião com o ouvidor-geral da DPU, Gleidson Renato;

ABRIL

DATA	ATIVIDADE
01/04	Ato “Rubens Paiva Vive nas Lutas por Memória, Verdade e Justiça”;
02/04	Inspeção da escola indígena na Tekoa Pindó Poty;
02/04	Visita institucional à nova presidenta da Adpergs, Maína Pech;
02/04	Entrega de convite de posse para as deputadas Bruna Rodrigues e Laura Sito;
03/04	Entrega de convite de posse para a Mesa Diretora do CEDH-RS;



CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

De 11 de outubro de 2024 a 10 de abril de 2025

03/04	Participação no debate “61 anos do golpe civil-militar: por Memória, Verdade e Justiça”, promovido pelo CEDH-RS;
07/04	Palestra para jovens do programa Jovem Aprendiz da Integrar;
07/04	Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (CNODP);
08/04	Reunião da Ouvidoria, CCULTIS/Unisinos, Sociedade Civil com pesquisadores do Mapa de Conflito da Fiocruz;
10/04	Cerimônia de recondução de Rodrigo de Medeiros ao cargo de Ouvidor-Geral da DPE-RS;
10/04	Confraternização de posse no Clube de Cultura;





OUVIDORIA

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL